

GES
PCP



G

O Camponês

ÓRGÃO DOS CAMPONESES DE PORTUGAL

AGRICULTORES!

DEFENDAMOS EM COMUM OS NOSSOS JUSTOS INTERESSES!

No nosso último número, na base concreta das opiniões de vários agricultores do Ribatejo e Estremadura, demos uma panorâmica da situação aflitiva em que vive a pequena e média lavoura.

É bem certo, como dissemos então, que é necessário os agricultores unirem-se e defenderem, com audácia e combatividade, os seus justos interesses. Senão cada vez caminharemos todos mais para a ruína completa. Sofremos nós e sofre toda a Nação porque não é na base duma lavoura arruinada que um país se pode desenvolver, pode sair desta «cepa torta» que cada vez se entorta mais.

A nossa ruína está na base da relação entre os preços das coisas que compramos para os preços dos produtos que vendemos. Na medida em que há um aumento dos preços dos produtos industriais — adubos, ferramentas, combustíveis etc. — sem um aumento comparável no preço dos produtos agrícolas, é evidente que a economia de cada lar camponês sofre irremediavelmente.

Mas o governo diz que não se podem aumentar os preços agrícolas embora os intermediários os elevem tanto para os consumidores porque o resultante aumento do custo da vida não é alcançado pela massa do povo visto os seus ganhos serem reduzidos. Pois aí é que está o mal. Os trabalhadores, quer no campo quer na cidade, ganham mal, muito mal. Na indústria, pelos números que pessoas do próprio governo apontaram, a maior

parte do seu rendimento, mais de 60%, é distribuído em juros, rendas e dividendos, isto é, vai para os que não trabalham mas têm capital. Os que trabalham recebem menos de 40%. No campo também as jornas são muito baixas e são os pequenos e médios camponeses que normalmente pagam melhor se é que têm terra que lhes obrigue a meter pessoal.

Um aumento dos preços dos produtos agrícolas para produtor e não para os intermediários que torne compensadora a sua produção,

acompanhado por uma elevação das jornas e por uma distribuição mais justa do rendimento da indústria, permitiria modificar muito a situação angustiosa que passam todos os que vivem do trabalho da terra.

E quando nos pomos a pensar no que é preciso fazer para melhorar a sorte da agricultura portuguesa, é necessário falar numa Reforma Agrária que conduza a um aproveitamento de todas as terras aráveis e a uma intensificação do

(continua na 2ª pág.)

PELA DEMISSÃO DE SALAZAR

Realizaram-se no dia 18 de Outubro as eleições para as Juntas de Freguesia. De novo, nesta eleição que deveria interessar tanto as populações, o governo de Salazar pôs a nu o seu desprezo pela opinião do povo, a sua cínica decisão de continuar governando voltado de costas para os interesses populares.

Se as eleições tivessem sido anunciadas com tempo, se os editais que marcavam a sua data não tivessem, ilegalmente, sido afixados já depois do prazo de apresentação de listas, se houvesse um mínimo de liberdade de palavra, de imprensa e de associação, sem dúvida que as eleições das Juntas de Freguesia teriam sido uma grande jornada que colocaria nas novas Juntas verdadeiros defensores dos interesses das populações.

Tal como se passou, as Juntas não foram eleitas, foram impostas, e, praticamente, as eleições passaram despercebidas, não foi assunto do povo, foi assunto da muito pequena minoria que governa o país à sombra da repressão e terror.

Notícias que nos chegaram duma das freguesias de Aviz, Alcórrego, mostram bem a reacção do povo a esta burla eleitoral. Dias antes das chamadas «eleições», apareceram junto à sede da Junta, 5 bonecos de palha com um dístico: «Eis os novos membros da Junta - A Junta Falida». Deste modo a população da freguesia evidenciou o seu completo desprezo e protesto pela junta salazarista a qual, na opinião geral da população, é composta da

(continua na 2ª pág.)

SÓ A UNIDADE DE ACÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS PORÁ FIM AO DESEMPREGO

Milhares de trabalhadores rurais de norte a sul do país têm suportado no decurso deste ano a maior e a mais terrível crise de desemprego, com a fome a dilacerar e a arruinar os seus pobres lares.

Quem percorrer os campos, verá com os seus próprios olhos, os pálidos rostos famintos dos trabalhadores, homens, mulheres e crianças, a denotar a cruel existência de 33 anos de fome, miséria e desemprego.

Mas quem poderia acreditar na melhoria das condições de vida dos trabalhadores, depois duma longa experiência vivida no regime fascista de Salazar? Só um tolo assim poderia pensar numa altura em que por todo o lado a exploração dos trabalhadores aumenta cada vez mais.

O desemprego não provem só do emprego da maquinaria e das mondas químicas, ele é o resultado da existência da propriedade latifundiária e do seu constante aumento à custa da perda de terras de centenas e milhares de pequenos proprietários. Não há muito que «O-Seculo» num artigo de fundo se referiu com alarme à deplorável e aguda situação que se está a criar nos campos com grandes extensões de terrenos a matagarem-se devido aos anos que levam de pouso, o que trás um mal geral à economia e à vida social do país. Cultivadas essas terras, abundantes cereais poderiam encher os celeiros da Nação e no seu labor empregariam-se milhares de trabalhadores desempregados. Salazar, responsável por esta negra situação, nada faz para resolver um só problema da agricultura, aliviando os pesados encargos da pequena e média lavoura e suavizando ao mesmo tempo a aflitiva situação de desemprego que levam os trabalhadores.

Não há dúvida que se os anos passados nos foram dolorosos, pela falta de trabalho e os baixíssimos salários e pelo aumento do custo de vida, os que se seguirão serão ainda mais se não lutarmos contra a miséria que sofremos. O ano de 1959 foi bem demonstrativo a esse respeito. O desemprego alastrou ainda mais, o custo dos generos de primeira necessidade aumentou sem parar e enquanto o funcionalismo e outras classes são aumentadas, nós, operários agrícolas, nem trabalho com salários de fome temos.

Mas que fazer para combater o desemprego? Ficar de braços cruzados à espera que o trabalho venha por si e o pão que tão necessário é ao estomago dos nossos filhos caia do céu como por milagre? Suportar inteiramente esta

miserável situação como irremediável e sem solução? Isso seria desistir da vida, seria deixarmos morrer!

Quando há tanto trabalho a fazer nos campos, a conquista pelos trabalhadores rurais de um contrato colectivo de trabalho porá fim ao desemprego. Não será tarefa fácil mas é possível realizar um contrato colectivo de trabalho onde os grandes agrários sejam obrigados a garantir trabalho ao inteiro limpando e cultivando as grandes propriedades matagadas com um salário mínimo compatível com o custo da vida.

Se há contratos colectivos com os operários industriais, porque não realizar um contrato colectivo no campo que traria uma enorme solução à crise do desemprego? Para que tal se consiga é necessário já fazer reuniões de massas, ou seja reuniões de unidade onde participem homens, mulheres e jovens juntos discutam um contrato colectivo de trabalho. Para estender a nossa unidade a toda a região é necessário que se enviem delegados às terras vizinhas para aí discutirem com os trabalhadores sobre o contrato.

Mas lutar contra o desemprego não é só lutar pelo contrato colectivo de trabalho. É necessário e urgente lutar, unidos e organizados, por trabalho e salário onde estivermos parados, fazendo concentrações nas Casas do Povo e junto das autoridades. Que as nossas mulheres e filhos nos acompanhem aos presidentes das Câmaras Municipais, aos governadores civis e obriguemos os governantes e os agrários a pôr termo ao desemprego, que as terras não cultivadas nos sejam dadas para trabalharmos. Só assim, num amplo movimento de massas, organizados e bem unidos, poderemos acabar com o desemprego.

LEVATEMOS-NOS CONTRA A REPRESSÃO SALAZARISTA

Ante a oposição crescente do povo português à política salazarista de opressão e exploração, o regime tem aumentado o ambiente de terror por todo o país. Muitos cidadãos portugueses foram presos e encontram-se encarcerados. Dirigentes do Partido Comunista, oficiais do exército e da marinha, dirigentes de organizações católicas e sacerdotes, intelectuais destacados, mulheres de diversas condições sociais, estudantes e outros jovens todos eles têm sido perseguidos, presos e maltratados.

Entre os que estão presos encontram-se naturalmente também camponeses-agricultores e operários agrícolas. Por todo o campo e em especial nas terras em que a população mais tem mostrado a sua firmeza e combatividade, a repressão procura intimidar, ameaçar, perseguir e mesmo prender.

Quando se dá qualquer acção

dos trabalhadores logo é chamada a GNR e, em alguns lados, aparecem também juntamente os cães de fila do fascismo os agentes da PIDE, nas estradas, nas entradas de certas terras, por todo o lado patrulhas vigiam a mais pequena movimentação do povo, mesmo a acção isolada dum camponês que escreve num muro ou na estrada uma palavra de revolta.

Pela mais pequena desconfiança ou mesmo sem nenhuma, são os camponeses chamados ao posto e muitas vezes, selvaticamente batidos.

Em Baleizão, ultimamente, têm sido chamados à presença de agentes da PIDE muitos camponeses e a própria GNR aproveita qualquer pretexto para espancar como sucedeu com alguns jovens que procuravam entrar numa camionete para Beja e que tiveram depois de ser

(continua na 2ª pág.)



Ô ZÉ

— Já de volta Zé!
— Sim Toino quando se anda a trabalhar para os pequenos e médios camponeses, rendeiros e ceareiros, poucos dias se tem de trabalho, por isso cá estou de volta.
— Zé, a nossa vida é bastante custosa mas olha que a deles também tem poucas melhoras.
— É como dizes, Toino! Só quem trabalha ao lado deles é que tem conhecimento da dureza da sua vida.

A sua pouca independência muito lhe sai do seu corpo. É ve-lo já no escuro e em noites de luar agarrados à enxada. E, muitas vezes, para muito pouco ou nada. Se calha o ano ser de boas sementeiras, sobre carregados de alcavalas, impostos, rendas, um nunca acabar, obrigados a vender os produtos por baixo preço, depois de pagar sementes e adubos, pouco resta. Se o ano for mau, as sementeiras se perderem, para satisfazer as suas dívidas, têm de recorrer ao empréstimo caindo algumas vezes em agiotas que lhes levam juros elevados. Mas, se tiverem alguns anos seguidos maus, muitos são obrigados a vender ou a entregar as terras, depois de muitos anos de canseiras.

— É verdade, Zé! Nós duma forma, eles doutras, todos somos explorados e vítimas do regime de Salazar.

— Dizes bem, Toino! Somos todos vítimas dos salazaristas, por isso, nunca nos devíamos guerrear uns com os outros, mas sim entendermo-nos. Na luta a travar pelas reivindicações que cada nós temos contra o governo de Salazar e grandes agrários, nós devemos auxiliarmo-nos mutuamente. Assim forjaremos a unidade dos que trabalham no campo, assalariados, pequenos e, médios camponeses, ceareiros e rendeiros para a conquista de uma Reforma Agrária que dê a terra a quem a trabalha.

Com a crise actual do regime salazarista e as lições grandiosas que o povo tem dado com a sua luta, encontramos agora mais exemplos de elementos da Guarda Republicana que, não esquecendo que são filhos também do povo e que a sua função não é maltratar o povo, tomam posições justas e recusam-se a ser "coães de guarda" dos grandes exploradores, dos salazaristas, da PIDE. Por isso é necessário cada vez mais e melhor sabermos distinguir e separar os elementos sãos da GNR daqueles que, tendo cortado todos os laços com o povo, maltratam os trabalhadores, daqueles que, especialmente, fazem parte do bando dos assassinos da PIDE.

AGRICULTORES

(continuação da 1ª pág.)

trabalho agrícola. Se a terra fosse distribuída pelos que a trabalham ou desejam trabalhar, se a terra fosse fonte de trabalho e não de renda, se o auxílio à agricultura existisse na realidade para ajudar os que adubam a terra com o seu suor, o rendimento do trabalho agrícola aumentaria muito, ganharia com isso toda a Nação e a vida no campo era feliz e não a triste miséria de hoje.

E dizemos nós que há que nos unirmos e lutar porque senão...

Senão aumentam os adubos como sucedeu com o despacho de 14 de Agosto. Senão as empresas produtoras de adubo deixam de o vender a crédito como sucedeu logo a seguir à saída do despacho como que para desmentir, de imediato, as palavras enganosas do secretário de estado do Comércio que escreveu: "... e esta atitude da indústria (concessão de facilidades financeiras à lavoura) não se duvida que ela a continuará". Senão novos e novos problemas teremos de encarar na nossa, já tão difícil vida.

E o descontentamento é tão evidente que na própria reunião da Corporação da Lavoura, realizada no princípio de Setembro, foi aprovado um voto no sentido do seu presidente procurar "resolver os novos e graves problemas criados à produção". Nessa reunião, segundo "O Século" (11-IX-59), foi verificado que "a produção terá de pagar mais caro todos os adubos e que deixará de beneficiar dos créditos que lhe eram concedidos pelas empresas produtoras". Não era na verdade difícil tal verificação e o voto expresso é

sentido, mas há muito, por todos os agricultores. Mas a Corporação da Lavoura não foi criada para defender os justos interesses dos agricultores, mas para escamotar os problemas, para defender sim os interesses duma minoria que se serve da orgânica corporativa como de coisa sua, que o é.

Só a nossa unidade firme poderá fazer com que, através de protestos colectivos junto das autoridades, dos Grémios, etc., consigamos, para já, o não agravamento quer dos preços quer das condições de venda dos adubos.

Quando falamos na necessidade do aumento dos produtos agrícolas poder-se-á dizer: aí está o aumento do azeite. E, sem dúvida, todos os que têm de comprar tão preciosa gordura sentem bem o aumento tanto mais quanto dos tipos de azeite só o mais caro aparece por todo o lado à venda e só do produtor para o retalhista têm de pagar a diferença de 1\$80 por litro.

Mas terá favorecido o pequeno e médio agricultor o aumento recente? O que se passou, de um modo geral, prova bem que não.

Mais uma vez tais aumentos se tornam em grandes negociatas para os que, no "segredo dos Deuses", no fim de contas são quem os fazem e os aproveitam.

Na verdade foram muitos e muitos os agricultores que, contra o costume, não tiveram este ano de esperar pela apanha da azeitona para a irem vender ao lagar, mas antes receberam propostas de compra ainda com a azeitona na árvore. A azeitona do pequeno e médio lavrador, anciosos por receber algum dinheiro, foi por isso quase

AVIZ—24 trabalhadores despedidos dos trabalhos duma estrada, juntaram-se e foram exigir trabalho ao Presidente da Câmara. Este respondeu não lhe poder valer, que não havia verba e que se fossem embora. Os trabalhadores não arredaram pé, dizendo alguns que ainda não tinham comido e, nada tinham em casa para comer e ninguém lhes fiava. Nessa altura o Presidente teve a desfaçatez de dizer que tinham estado a ganhar 28\$00 de jorna e que, por isso, alguma coisa deviam ter guardado. Os trabalhadores imediatamente lhe replicaram que ele fizesse as contas para ver o que dava os 28\$00 com o actual preço das coisas o que o fez calar.

Como o presidente tivesse saído de casa, os trabalhadores, vão à Casa do Povo. Estes dizem nada poderem fazer. Então os trabalhadores de novo voltam para junto da residência do Presidente da Câmara e gritam que não se irão embora sem a garantia de trabalho. O Presidente vendo a disposição dos trabalhadores, prometeu trabalho e no dia seguinte, foram trabalhar para uma outra estrada.

SINES—O lavrador, José Belchior, tentou quebrar o horário das 8 horas que existe nesta região, im-

pondo a 15 operários agrícolas o trabalho de sol a sol. Estes abandonaram o trabalho. Três dias depois o lavrador mandou chamá-los pelas 8 horas.

No mesmo concelho, operários agrícolas desempregados, em grupos de 4 e 13 foram junto do Presidente da Câmara exigir trabalho.

Todos foram empregados em obras de estrada.

ALPIARÇA—100 operários agrícolas, desempregados, concentraram-se junto da Câmara Municipal exigindo trabalho.

Na mesma localidade o patronato pretendeu abaxiar a jorna de 25\$00 para 22\$00, mas a unidade dos trabalhadores não consentiu.

SOUTO—As autoridades salazaristas procuraram que a população desta localidade contribuisse para a Casa do Povo. Como o não tivessem conseguido, depois de estudarem a importância a pagar por cada habitante, exigiram o seu pagamento. O povo recusou-se a pagar e o Presidente da Junta de Freguesia, o Regedor e 15 Cabos de Ordem, pediram a demissão. Os salazaristas numa nova tentativa, recorreram para o Tribunal, mas este pronunciou-se pela contribuição voluntária.

CONTRA A REPRESSÃO SALAZARISTA

(continuação da 1ª pág.)

hospitalizados em virtude das violências dos guardas.

Este terror em Baleizão não está desligado da acção provocadora dum operário agrícola desta terra, José "Candeias Canena. Este miserável, que tinha ganho prestígio anteriormente enquanto defendeu os interesses dos seus irmãos de trabalho, quando foi preso pela PIDE renunciou a todo o seu passado, esqueceu as heroicas tradições da sua terra, a terra de Catarina Eufémea, e tornou-se um perfeito lacaios da PIDE que o empregou e lhe paga a traição e as denúncias, tornou-se um inimigo dos trabalhadores, um servo dos assassinos de Catarina, do salazarismo. Por isso, com toda a razão, o povo de Baleizão o escorraçou do seu convívio.

Todos os camponeses o repudiaram ao mesmo tempo que estimam e tomam como exemplo o comportamento de camponeses como o operário agrícola Salvador do Pomar, do Escoural, a cumprir pena no Forte de Peniche, José Joaquim Dias, do Couço, recentemente condenado a 2 anos de prisão, Maria Dionísia Sardiha, operária agrícola de Baleizão, Manuel dos Santos, operário agrícola de Vale de Vargo, presos e torturados pela Pide, e muitos

outros camponeses de Montemor, Couço, Aviz, etc.

Para estes cidadãos portugueses, que são presos, torturados e julgados, pelo "grave crime" de lutarem por melhores jornas ou de pensarem de maneira diferente do governo, vai a solidariedade e a estima de todos os camponeses.

Mas é necessário darmos mais. É necessário lutarmos, todos unidos e decididos, pela sua libertação e contra o terror que reina nos campos. É um exemplo a seguir a recolha de 1.650 assinaturas no Couço pedindo a absolvição do democrata José Joaquim Dias.

Quando se aproxima o Natal, tradicionalmente a festa da família, mais sentimos a ausência dos nossos entes queridos, mais sentimos a necessidade de expressar a nossa afeição e solidariedade. Por isso "O Camponês" apela para que, nesta quadra do ano, em todas as terras, os camponeses aprovechem moções, façam exposições, recolham assinaturas a pedir uma AMNISTIA total para os presos políticos e a protestar contra a repressão. Tais moções, abaixo-assinados, etc., devem fazer-se chegar junto das autoridades.

Levantemos um movimento que faça recuar o terror nas nossas terras!

DEMISSÃO DE SALAZAR

(continuação da 1ª pág.)

gente mais ordinária da terra, porque todos os outros recusaram esse lugar.

Estas eleições puseram igualmente mais a nu a necessidade de, em todas as terras, as populações se unirem e organizarem comissões para lutarem decididamente pela conquista das liberdades fundamentais, contra a repressão e pela demissão de Salazar.